



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

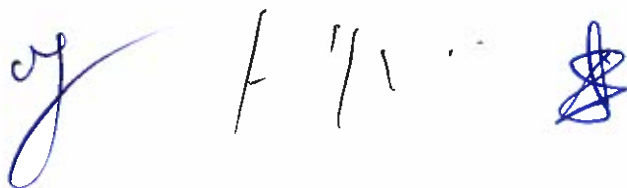
ATA DA OCTAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Fabrício Gama. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, Enfermeira Nazaré Lima reportou-se ao protesto ocorrido na noite do dia anterior na Avenida Governador Magalhães Barata, na confluência com a Avenida José Bonifácio, que fechou o trânsito naquela região. Explicou que a população revoltou-se após os ônibus que faziam a linha Belém – Mosqueiro terem sido guinchados por estarem com o licenciamento atrasado e exigia garantias de transporte para a ilha. Pediu que fosse feita com maior rigor a fiscalização desses coletivos, apontando estarem sucateados, com pneus carecas, além de haver deles um número reduzido. Inteirou que os ônibus amarelos, que também fazem o transporte para Mosqueiro, não aceitam o Passe Fácil, meia passagem para estudantes e também não dão gratuidade aos idosos. Recordou terem sido realizadas nesta Casa sessões especiais para debater o problema do transporte público para Mosqueiro e Icoaraci, mas nada foi encaminhado. Ajuizou ser esta dificuldade de transporte um dos motivos para se pensar na autonomia de Icoaraci e Outeiro, formando novos municípios. Apontou que os estudantes de Mosqueiro tiveram que vir a Belém fazer a prova do Enem. Citou várias dificuldades por que passam os moradores da ilha: falta de coleta de lixo, dificuldade de transporte, faltam bancos (várias agências já foram fechadas, inclusive o Banco do Brasil, e a Caixa Econômica Federal tem apenas um posto atuando). Pediu que esta Casa tomasse uma posição a respeito das dificuldades de transporte vivenciadas pela população da ilha. Wilson Neto comentou sobre o novo aumento no preço do gás de cozinha, anunciado nesta semana. Repercutiu informação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese de que o gás de cozinha no estado do Pará é um dos dez mais caros do Brasil. Fez notar que o consumo de um botijão de gás por mês compromete quase 10% do salário mínimo. Embora não seja competência do legislativo municipal, opinou que esta Casa deve se unir e cobrar providências do legislativo federal, uma vez que os consumidores paraenses são reféns das concessionárias e permissionárias do poder público federal. Elogiou a atitude vários membros deste parlamento ao questionar de forma enérgica e cobrar da Celpa Equatorial um melhor desempenho, denunciando os abusos cometidos por esta empresa contra o povo paraense. Estimou que do mesmo modo se devesse acompanhar e monitorar o aumento desmedido no preço do gás de cozinha. Defendeu que este Poder se posicionasse cada vez mais contrariamente a esses aumentos, acionando os deputados federais paraenses para que se estabelecesse um controle maior sobre os preços deste produto essencial aos cidadãos. Fernando Carneiro discorreu sobre a criação da carteira de trabalho Verde e Amarela pelo governo federal, através da Medida Provisória 905 - MP 905, de 11 de novembro de 2019. Notificou ser o governo Bolsonaro o campeão em editar medidas provisórias e decretos, estabelecendo ser essa uma forma de burlar a lei para a aprovação no Congresso, com média de 1,3 MPs ou decretos por dia. Comentou que se pretende criar com esta medida quatro milhões de empregos para jovens entre 18 e 29 anos, o que parece ser alvissareiro. Entretanto, indicou, haverá a cobrança de um imposto, com alíquota de 7,5%, sobre o salário desemprego. Enquanto isso, prosseguiu, os bancos auferem um lucro recorde na história do país de 109 bilhões de reais em um ano. Alertou que muitos desses bancos são devedores da Previdência, mas isso não importa ao governo, que se compraz em taxar quem está desempregado e receberá, por no máximo seis meses, um salário que varia de 800 a 1500 reais. Acrescentou que a MP 905 também fragiliza as relações de trabalho afetando pelo menos 37 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT deixando, por exemplo, de considerar como acidente de trabalho aquele ocorrido com a pessoa ao se deslocar para seu emprego. Ademais, continuou, há diminuição do valor da multa a ser paga pelo empresário em caso de demissão sem justa causa, de 40% para até 5% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Caracterizou a MP 905 como um verdadeiro “pacote de maldades” uma vez que ela também elimina a necessidade de registro profissional de diversas categorias – desde guardador de carros até pessoas que fazem cálculo atuarial, incluindo professores e bancários, que agora podem trabalhar aos sábados e domingos. Expressou que isso interessa aos empresários porque podem montar as escalas de trabalho, expondo que a Federação Brasileira de Bancos – Febraban está por trás dessa mudança. Aditou ficarem fragilizadas também outras profissões, como a de jornalista, pois já não era necessário o diploma e agora não é necessário sequer o registro para exercer o ofício. Perguntou retoricamente a quem interessaria tornar mais precária uma profissão tão importante, respondendo interessar aos produtores de *fake news*, favorecendo os amiguinhos do presidente Bolsonaro, fabricantes de falsas notícias. Questionou que parlamentar desta Casa subiria à tribuna para defender um imposto de 7,5% sobre o salário desemprego. Classificou este imposto como uma vergonha, uma indecência, uma imoralidade, afirmando que isso deixa claro para quem Bolsonaro realmente governa. Ressaltou vivermos em um país em que 40 milhões de pessoas recebem menos de 400 reais por mês e 13 milhões de pessoas recebem menos de 145 reais mensalmente, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Acrescentou serem 63 milhões de pessoas no Brasil que estão entre desempregados, subocupados e desalentados. Ironizou dizendo que vão sendo criadas categorias, sendo desalentado aquele que desistiu de procurar emprego, após três ou quatro anos tentando obtê-lo. Chamou a atenção para o aumento da pobreza em nosso país e para a gravidade da situação. Relacionou isso com a situação precária dos trabalhadores do Mercado de São Brás, comentando que para sobreviver as pessoas trabalham como camelôs, tornam-se motoristas de aplicativo ou entregadores de *Uber Eats*, que usam bicicletas. Discorreu sobre matéria jornalística recente mostrando haver em São Paulo casais que não vivem juntos porque o marido trabalha durante doze horas como motorista de aplicativo, usando um carro alugado. Após esse período, chega a sua casa, dá um beijo na esposa e esta assume o volante, trabalhando por outras doze horas. Os entregadores que usam bicicleta, prosseguiu, fazem o mesmo e dormem na rua, trabalhando por catorze, dezesseis horas, pedalando mais de cem quilômetros por dia. Muitos acham isso bonito, alfinetou, mas tais pessoas trabalham sem salário fixo, sem auxílio desemprego, sem auxílio doença, sem nenhum tipo de benefício e têm que alugar a bicicleta. Julgou ser essa uma situação de total precariedade, mas é comemorada pelo governo. Reportou ter estado, no dia anterior, reunido com jornalistas, gráficos e publicitários que se mobilizariam e realizariam uma sessão especial na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, em 04/12/2019, para mostrar sua indignação com mais esta indecência do governo federal, promovendo a precarização da mão de obra do país, atacando violentamente os direitos adquiridos pela classe trabalhadora, que agora não tem mais nem o direito de se aposentar. Recordou que Bolsonaro e Paulo Guedes viviam falando que o Chile era o grande exemplo a ser seguido pelo Brasil, que o Chile era a Suíça da América do Sul. Afirmou que agora sim o Chile é o exemplo a ser seguido com as manifestações de rua que estão obrigando o governo chileno a recuar dando mais dinheiro à Previdência, demitindo oito ministros e começando a reformar a constituição. Apesar disso, prosseguiu, a população não saía das ruas. Mencionou matéria do programa televisivo Globo Esporte mostrando que quando torcedores do Flamengo passaram pelo Chile - a caminho de Lima, no Peru, para assistirem à final da Copa Libertadores da América – os chilenos faziam um protesto e disseram-lhes, de forma bem humorada, que somente passariam se saíssem do ônibus e pulassem, participando da manifestação. Expressou ser este o Chile que deseja ter como exemplo: o Chile das mobilizações, o Chile que está impondo uma derrota a um governo reacionário. Aludiu que o governo chileno agora terá que reformar a constituição - que é da época de Augusto Pinochet, o ditador mais sanguinário da América Latina. A população chilena, comemorou, agora ocupa as ruas mostrando quem manda. Disse ter certeza de que esses ventos que vêm dos Andes chegarão ao Brasil e veremos a população brasileira levantar-se contra esse amontoado de iniquidades. Disse saber que muitos vereadores defendem o governo, reiterou, porém, que quer vê-los defender a taxaço do salário desemprego. Ajuizou ser fácil para alguém que ganha 15, 20, 30, 50 mil reais dizer que todos devem ser taxados. O preço do botijão de gás, recordou, já aumentou várias vezes neste governo, mas Bolsonaro dizia que o preço ficaria em 40 reais e atualmente, em muitos lugares, já está custando 100. Estimou que 7,5% de imposto sobre o salário desemprego correspondem a um botijão de gás por mês que o cidadão dará para Bolsonaro, para o governo federal, o qual, no entanto, não tira dos banqueiros, que tiveram um lucro de 109 bilhões de reais no último ano. Considerou isso uma vergonha e manifestou total repúdio à MP 905, prevendo ser esta mais uma medida provisória do atual governo que será derrubada. Atestou ser necessário garantir os direitos da classe trabalhadora, não permitir que sejam retirados, mas sim ampliá-los – ao contrário do que o governo Bolsonaro vem fazendo. Pablo Farah agradeceu ao deputado estadual Chicão pelo evento realizado no Bairro do Jurunas, neste último final de semana, levando esporte, cultura e lazer aos moradores. Parabenizou o governo estadual pela criação do Programa Territórios pela Paz - TerPaz que traz dignidade à população das áreas periféricas. Garantiu que no ano seguinte

1-11-19

estariam novamente atuando nessas regiões em que tudo falta, sobrelevando a importância de permitir o acesso das pessoas ao esporte, à educação, pois isso transforma e gera inclusão social. Externou torcer para que o governo federal faça uma boa gestão que leve à diminuição da desigualdade social e obtenha a minoração do desemprego. Reconheceu que direitos dos trabalhadores estão sendo retirados – do setor privado e do setor público – e que eles estão pagando o preço pelas reformas. Expressou, porém, querer ver se outras reformas atingirão a todos, pois a elite, os empresários, também deve contribuir. Espera então pela realização da reforma tributária e a reforma da segurança pública. Ressaltou a atribuição desta Casa de produzir projetos em benefício do povo, informando ter, somente nesta semana, protocolado três projetos de lei neste parlamento – regulamentando a profissão de condutor de ambulância; tomando preferenciais todos os assentos nos coletivos urbanos; criando o ano cultural Rui Barata. Esclareceu não atuar apenas por bandeiras partidárias ou ideologias, mas tenta contribuir com todos. Sabendo que não será unanimidade, procura representar a grande maioria. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro e explicou que a lei tornando preferenciais todos os assentos nos coletivos urbanos de Belém já existe (Lei Municipal nº 9216, de 25/05/2016), sendo de sua autoria. O vereador Pablo Farah apontou então ser necessário que os empresários de ônibus a divulguem para que a sociedade belenense dela tome conhecimento. Declarou associar o trabalho parlamentar à atuação nas ruas, alternando sua presença nesta Casa com as atividades nos bairros. Somente permanecerá vereador nas próximas eleições, opinou, os parlamentares que realmente trabalharem junto à população. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos parabenizou a vereadora Enfermeira Nazaré Lima pelo pronunciamento criticando a deficiência do transporte coletivo em nossa cidade. Dirigindo-se ao vereador Fernando Carneiro, disse que traria na próxima sessão os dados comparativos dos governos nefastos de Lula e Dilma em relação ao atual governo que tem menos de um ano – trará os números exatos, não fazendo apenas discurso como se estivesse controlando massa de manobra. Justificou que se houve ataque direto do governo Bolsonaro aos sindicatos, isso ocorreu porque estes constituem berço de toda essa canalhada que usa o povo como massa de manobra da esquerda. Reportou ter estado em Santo André e ter o nariz torto devido a um soco que levou da polícia, mas nem por isso deixou de reconhecer o quanto os sindicatos foram ladrões e nefastos à nação. A respeito do projeto anticrime apresentado pelo ministro Sérgio Moro, opinou que o excludente de ilicitude, tão atacado, permite ao policial defender a própria vida atirando em um criminoso antes de ser por ele alvejado. Denunciou que no Chile instalou-se uma guerra civil e o mesmo a esquerda quer fazer no Brasil. Tachou os esquerdistas como canalhas, ladrões e corruptos, acusando-os de terem acabado com o dinheiro do país e com tudo o que tínhamos. Vociferou terem sido dezesseis anos de roubo e saque à nação, concluindo que os esquerdistas devem todos acabar na cadeia. Findo este pronunciamento, o vereador Gleisson assumiu a presidência da Mesa e o vereador Fabrício Gama, pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, subiu à tribuna. Hipotecou sua solidariedade ao vereador Altair Brandão por ter sido ameaçado de morte pelo proprietário da empresa Belém Rio. Declarou que votaria a favor do requerimento de Altair Brandão solicitando que esta Casa emita Voto de Repúdio a tal ameaça. Refletiu não ser através de violência ou ameaças que se implanta a democracia em um país, mas sim através da sabedoria e da responsabilidade. Externou seu repúdio à atitude do empresário que ameaçou o vereador Altair Brandão. Parabenizou depois a Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan na pessoa do seu titular, Cláudio Mercês, apontando que este tem vistoriado as obras de asfaltamento em nossa cidade. Informou ter sido assinada, no dia anterior, a ordem de serviço para asfaltamento e drenagem de mais doze ruas. Postulou que, com o equilíbrio das contas, o prefeito Zenaldo Coutinho dá resposta à população com obras. Anunciou que, no dia seguinte, seria reinaugurada a Praça Dom Alberto Ramos, no Bairro da Marambaia. Participou que o logradouro foi ampliado, contando agora com um anfiteatro, banheiros e iluminação de led. Além disso, acrescentou, foram asfaltadas as vias laterais. Disse estar a Marambaia de parabéns porque, na quinta-feira seguinte, também seria entregue à população a Unidade de Pronto Atendimento - UPA daquele bairro. Avaliou que a última eleição da diretoria do Centro Comunitário das Malvinas mostra o reconhecimento da população ao trabalho da Prefeitura de Belém. Findo seu pronunciamento, Fabrício Gama reassumiu a presidência da sessão. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima informou ter participado, na semana anterior, de uma assembleia convocada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – Sedop reunindo moradores dos bairros da Terra Firme, Canudos e Marco. Explicou estar a Sedop encarregada da obra de macrodrenagem da bacia do Tucunduba e, naquela assembleia, o secretário adjunto Valdir Acatauassú garantiu que a segunda fase do empreendimento – que vai da Rua dos Mundurucus até a Rua 02 de junho - seria finalizada no prazo previsto, abril de 2020. Toré Lima observou, porém, que a terceira fase da obra – que vai da Rua 02 de junho até a Travessa Vileta - sequer fora licitada ainda. Informou ter solicitado que este processo licitatório fosse antecipado, uma vez que mais um inverno se aproximava. Expôs que, após a publicação do edital de licitação, há um período de 90 a 120



dias, se não houver recursos jurídicos, para que o resultado seja homologado e a empresa vencedora seja chamada. Há então o risco, avaliou, de a empresa contratada ficar com um intervalo de tempo de abril até agosto para dar continuidade às obras do Tucunduba e a população dos bairros anteriormente citados continuaria a sofrer com grandes alagamentos. Anunciou ter protocolado um requerimento com dois objetivos: sensibilizar o governador do estado para que, através da Sedop, acelerasse a conclusão do segundo trecho e também adiantasse o processo licitatório para a execução do terceiro trecho e o remanejamento das famílias que moram às margens do canal. Atentou ter havido um equívoco na elaboração do projeto, pois está nele definido que as obras avançarão somente até a Travessa Vileta, mas a Bacia do Tucunduba estende-se pelo canal da Passagem José Leal Martins indo até a Travessa Angustura. Pior que isso, continuou, no projeto original o canal que passa na Travessa Timbó e desaguaria no canal da Passagem União foi interrompido e não será mais cumprido. Consequentemente, prosseguiu, na Travessa Timbó há agora um canal que vai do nada para lugar nenhum, servindo somente para alagar as ruas e as casas das pessoas porque não há vazão. Não tendo sido dada sequência ao projeto original, lucubrou, os engenheiros que o elaboraram esqueceram esta falta e hoje o povo da Travessa Timbó, no Bairro do Marco, vive dentro d'água diuturnamente, no período chuvoso ou fora dele. Pediu então ao governador do estado a ampliação do projeto para que as obras sigam além do canal da Travessa Vileta e cheguem até a Travessa Angustura. Pela liderança do PSOL, Dr. Chiquinho ressaltou os constantes atrasos na entrega das obras da PMB. Atestou que o prefeito Zenaldo Coutinho não consegue cumprir o prazo de entrega de uma obra sequer. Exemplificou relatando que os moradores do Conjunto Panorama XXI demandaram durante anos a drenagem de sua rua principal. A Prefeitura de Belém resolveu atendê-los, mas o que seria motivo de alegria tornou-se um pesadelo porque a obra está paralisada, o trânsito está caótico, as pessoas convivem com o barro e a lama e não é dada nenhuma informação à população sobre a continuidade dos trabalhos. Repercutiu manchete de um jornal deste dia dizendo "Obras de asfaltamento na Almirante Barroso paralisaram". Criticou a decisão do prefeito Zenaldo Coutinho de asfaltar a Avenida Almirante Barroso, dizendo que ela já estava asfaltada, colocando-se então asfalto sobre o asfalto, enquanto a periferia da cidade, que tanto precisa de asfalto, sofre com o lamaçal. Questionou então por que motivo Zenaldo não asfalta os bairros da Cabanagem, Terra Firme e Tenoné. Ao invés disso prefere asfaltar vias que não precisam de asfalto e, ademais, não termina. Denunciou depois que a UPA da Marambaia será inaugurada, mas não funcionará por não contar com equipamentos, insumos e funcionários. Acusou Zenaldo Coutinho de tentar iludir a população de Belém ao iniciar obras e não as concluir e entregar unidades de saúde que não funcionam,. Lembrou ter isso ocorrido com a UPA da Terra Firme, que foi inaugurada, mas ficou meses e meses sem funcionar. O presidente Fabrício Gama fez o registro da presença em plenário de Regina Barata, ex-vereadora desta Casa e ex-deputada estadual pelo Pará. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro julgou que a ameaça de morte sofrida pelo vereador Altair Brandão não fora um ataque pessoal, mas um ataque do segmento empresarial aos trabalhadores que lutam contra a exploração a que são submetidos diariamente. Disse desejar muito que fosse aprovado por unanimidade o requerimento de Altair Brandão solicitando Voto de Repúdio desta Casa a tal ameaça. Lembrou que a empresa Belém Rio está envolvida em inúmeros escândalos e a família de seu proprietário, autor da ameaça ao vereador Altair Brandão, está sendo presa no Rio de Janeiro por envolvimento em corrupção. Entretanto, salientou, tais empresários detêm muito poder, inclusive nesta Casa. Recordou que, no final do governo Duciomar, obtiveram uma isenção de impostos de mais de 80 milhões de reais. Afirmou que eles sujeitam os trabalhadores a condições de trabalho precárias, pois os ônibus que aqui circulam vêm do Rio de Janeiro, sendo apenas pintados novamente. Estes empresários não têm a decência, aditou, de comprar ônibus novos, mas quando o fazem, adquirem veículos sem ar condicionado. Entretanto, contrapôs, muniram os coletivos com aparelhos para reconhecimento facial. Deixou claro não ser a favor da fraude, mas questionou se não haveria outros investimentos a serem feitos nos ônibus urbanos. Opinou que a PMB deve avaliar a concessão do serviço de transporte público à empresa Belém Rio porque ela tem se mostrado incapaz e incompetente no desempenho desta atividade. Referiu ter feito uma audiência pública para discutir a qualidade do transporte público em nosso município, sendo recolhidas sete mil e oitocentas assinaturas e entregues um dossiê e uma representação ao Ministério Público Estadual do Pará – MPPA devido à falta de qualidade do transporte em Belém. Classificou como péssimo o transporte público em nossa capital, ajuizando que as empresas não entendem o transporte como um serviço, mas apenas como uma forma de auferir lucro, simplesmente, sem precisar devolver à população um serviço de qualidade. Aventou a possibilidade de avaliar, inclusive juridicamente, a retirada da concessão à empresa Belém Rio. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Altair Brandão e Marciel Manão. Pela liderança do Governo, Gleisson Oliveira estabeleceu haver uma grande diferença entre otimistas e pessimistas, para os quais nada dá certo. Ponderou também haver grande diferença entre a boa política e a politicagem. Referindo-se ao pronunciamento anterior do vereador Dr. Chiquinho, considerou politicagem tentar prever o futuro

/ 11 -

objetivando, em verdade, denegrir uma gestão. Quando foi entregue a UPA da Sacramento, recordou, alguns diziam que não iria funcionar, mas muitas vidas já foram salvas naquela unidade de saúde, onde é prestado um atendimento de qualidade. Testificou que até mesmo vereadores desta Casa ali já receberam tratamento. Ponderou que, apesar das mentiras, a verdade sempre prevalecerá. A atual gestão, assegurou, finalizará entregando à população de Belém cinco UPAs de qualidade. Encerrado o Horário de Liderança, realizou-se a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando que esta Casa emitisse Voto de Repúdio à empresa de transporte coletivo Belém Rio em decorrência das condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores da empresa e das ameaças de morte direcionadas pelo proprietário desta aos diretores do Sindicato dos Rodoviários. Após a leitura do requerimento, fizeram encaminhamentos os vereadores Toré Lima, Amaury da APPD, Dr. Chiquinho, Gleisson (com aparte do vereador Joaquim Campos), Rildo Pessoa, Nehemias Valentim e Pablo Farah. Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por unanimidade com dezoito votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Joaquim Campos, Enfermeira Nazaré Lima, Wilson Neto e Fabrício Gama (assumindo a presidência da Mesa o vereador Êmerson Sampaio). Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença e o vereador Fabrício Gama reassumiu a presidência da Mesa. Não havendo quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos, convocando os demais parlamentares a participar da 12ª sessão extraordinária desta Sessão Legislativa, marcada para as doze horas deste dia, neste salão plenário. Estava licenciada a vereadora Blenda Quaresma. Justificaram suas ausências os vereadores Mauro Freitas, Neném Albuquerque, Paulo Queiroz, Professora Nilda Paula, Sargento Silvano e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Professor Elias e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Biéco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD - PTC; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD e Altair Brandão, pelo bloco PC do B – PT; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pelo PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Êmerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 26 de novembro de 2019.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário

